

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CLEUMARISE CARDOSO

**REFLEXÕES SOBRE OS IMPACTOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO
BAIRRO BEIRA LINHA, NO MUNICÍPIO DE RIO AZUL - PR**

CURITIBA

2016

CLEUMARISE CARDOSO

**REFLEXÕES SOBRE OS IMPACTOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO
BAIRRO BEIRA LINHA, NO MUNICÍPIO DE RIO AZUL - PR**

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^a. Dra. Maria Ap. de A. B. Ribas

CURITIBA

2016

REFLEXÕES SOBRE OS IMPACTOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO BAIRRO BEIRA LINHA, NO MUNICÍPIO DE RIO AZUL - PR

Cleumarise Cardoso

RESUMO

A criação do Programa Bolsa Família trouxe uma nova perspectiva de transferência de renda diretamente às pessoas em situação de vulnerabilidade social. Essa transferência direta de renda objetiva a segurança alimentar, o combate à evasão escolar e ao trabalho infantil e maior acesso à saúde. Além destes, observa-se que com a melhoria obtida nestes aspectos, outras mudanças se somaram a essas, como nas próprias relações sociais familiares, no empoderamento e no entendimento destes sujeitos como protagonistas de sua própria história. Nesta pesquisa, a partir do Bairro Beira Linha, no município de Rio Azul-PR, buscou-se analisar os impactos do Programa Bolsa Família na vida das famílias beneficiárias desse Programa. O objetivo foi verificar em que medida as expectativas propostas pelo Programa foram alcançadas no cotidiano das famílias beneficiárias residentes neste bairro. A pesquisa foi de caráter quanti-qualitativo, realizada a partir dos dados obtidos na base de dados do Centro de Referência de Assistência Social do município de Rio Azul-PR.

Palavras-chave: 1.Programa Bolsa Família; 2.Desigualdade; 3.Transferência direta de renda

1 INTRODUÇÃO

O Programa Bolsa Família foi criado no intuito de superar a situação de vulnerabilidade social e pobreza no Brasil. Por meio deste Programa muitas famílias tiveram acesso à renda, já que este é um Programa de transferência de renda direta. Com a renda, veio a segurança alimentar, o maior acesso a saúde e também à educação. Segundo algumas pesquisas, por meio do Programa Bolsa Família

muitas famílias se empoderaram¹ e conseguiram avançar quanto às suas vulnerabilidades.

O bairro Beira Linha no município de Rio Azul, Estado do Paraná, constitui uma amostra desta população, assim, este estudo objetiva verificar, em que medida as expectativas propostas pelo Programa foram alcançadas no cotidiano das famílias beneficiárias residentes neste bairro.

O bairro Beira Linha surgiu no ano de 2000, com a aquisição das áreas onde antes se encontravam os trilhos da desativada Rede Ferroviária Federal. Os trilhos estavam dispostos por extensa área do município, sendo o espaço onde se localiza o bairro uma destas áreas, um tanto distante do centro da cidade. Esse bairro foi destinado à população de Rio Azul que não tinha residência e vivia em situação de extrema pobreza. As casas, destinadas à essa população foram construídas pelo governo municipal. Essas famílias receberam as casas em regime de comodato. As residências eram muito pequenas e não possuíam banheiro, apenas a antiga e rudimentar “casinha”, a qual ficava do lado de fora da casa.

Com o passar do tempo, como não havia uma regulação por parte da prefeitura, o bairro foi crescendo em número de construções e moradores, sendo que quem vinha para o município e não tinha onde morar comprava madeiras e construía sua casa neste espaço, sem qualquer estrutura adequada, muitas casas eram pequenos barracos e a situação da população e do bairro, era de grande vulnerabilidade. Vale ressaltar que inicialmente não havia no setor a atuação dos profissionais do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), pois o mesmo era inexistente no município até o ano de 2010. Assim, todas as questões eram acompanhadas por uma única assistente social que precisava fazer os atendimentos nas áreas da assistência social, saúde e educação. Havia também uma única psicóloga responsável por todas estas funções. Com o passar dos anos, o bairro cresceu descontroladamente e tornou-se um local com várias moradias.

No município de Rio Azul-PR, as ações do CRAS iniciaram no ano de 2010 e muitos trabalhos foram desenvolvidos no bairro, sendo acompanhado desde então pela equipe técnica do CRAS, contando com profissionais das áreas de Serviço

¹ Como empoderamento define-se que este seja a ação social coletiva de participar de debates que visam potencializar a conscientização civil sobre os direitos sociais e civis. Esta consciência possibilita a aquisição da emancipação individual e também da consciência coletiva necessária para a superação da dependência social e dominação política, destacamos neste estudo a utilização do termo por o mesmo trazer às famílias o protagonismo na tomada de decisões.

Social e Psicologia. Os dados mais específicos deste bairro são apresentados na discussão dos resultados desta pesquisa.

Este artigo apresenta em seu referencial teórico discussões sobre o Programa Bolsa Família e a atuação da equipe técnica do CRAS, trazendo posteriormente a discussão dos dados e finalmente as considerações finais e as referências utilizadas.

Espera-se que ao fim deste trabalho, possa-se compreender qual a influência do Programa Bolsa Família nas famílias residentes no Bairro Beira Linha, para desta forma fazer do mesmo uma amostra da atuação deste Programa junto ao município de Rio Azul.

2 REVISÃO DE LITERATURA

As formas como as políticas sociais se constituíram em nosso país relacionam-se com as formas de atuação do Estado e da sociedade em busca da garantia dos direitos sociais à população. São estes direitos que permitem práticas efetivas para o acesso à cidadania ao possibilitar a participação da distribuição da riqueza social brasileira.

Entretanto observa-se que os avanços da cidadania no Brasil ainda permanecem desiguais, dado as situações de pobreza que são presentes em nossa sociedade e dessa forma os ideais de igualdade que permeiam a história dos direitos sociais são, muitas vezes, prejudicados por múltiplas diferenças, sendo que estas disparidades de forte cunho econômico são na realidade as principais fronteiras que separam pobres e ricos. Essa pesquisa não se ateve ao histórico destas políticas, observando a importância do Programa Bolsa Família como foco ação, entretanto traz-se duas possíveis origens do mesmo.

Para Draibe (1998, p. 122), as origens dos Programas se voltam às iniciativas locais, como as observadas no Distrito Federal e em municípios como, por exemplo, Vitória-ES, Campinas-SP e Ribeirão Preto-SP, que tem por objetivo combater a pobreza, eliminar o trabalho infantil e elevar o nível de escolaridade de crianças e adolescentes. Tais experiências são distintas no que se refere aos critérios de seleção, aos valores do benefício e a operacionalização, mas todas compartilham inovações institucionais. Salienta-se que neste momento as políticas públicas de

combate à pobreza começaram a considerar o indivíduo como beneficiado, mas sem exigir dele o cumprimento de condicionalidades.

Ainda segundo Draibe (1998), este foco no individual, tornou-se ineficaz, passando o Estado a buscar por Programas que beneficiariam a família, posicionada como "origem" e instância de resolução de conflitos sociais e econômicos de países pobres e em desenvolvimento. Conferiu-lhe ainda um protagonismo que foi gerado, por mais três movimentos sociais distintos, no mínimo: "[...] a urbanização, a instauração e o fortalecimento do sistema capitalista de produção e a formação e consolidação dos Estados Nacionais que perpassaram a Europa nos séculos XVII, XVIII e XIX." (DRAIBE, 1998, p. 124). Estes movimentos contribuíram para que a família fosse centralizada nas "políticas de gestão da vida" em nossas sociedades ocidentais modernas.

O Programa Bolsa Família, Programa que nos interessa nesse trabalho, foi criado em 2003, com a união de quatro Programas Federais que haviam sido criados entre 2001 e 2002, sendo estes: o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Educação (Bolsa Escola), o Programa Nacional de Acesso à Alimentação (PNAA), o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde (Bolsa Alimentação) e o Programa Auxílio-Gás (BRASIL, 2004). Esses Programas visavam a transferência de renda direta específica para aquisição de produtos essenciais (PNAA, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás) e buscavam estimular à permanência de crianças e adolescentes na escola (Bolsa Escola).

Essa unificação dos Programas se tornou necessária porque havia certa coincidência sobre as famílias beneficiadas, pois muitas que eram beneficiadas por um desses, também tinham perfil para serem beneficiários dos demais, desta forma não havia sentido que houvessem cadastros diferenciados para cada Programa.

Costa e Lobo (2014) destacam que esta sistematização em um modelo único e oriunda do governo federal parece objetivar facilidade de acesso das famílias que se encontram em condição de extrema pobreza, uma vez que passavam a efetuar um único cadastro para poderem serem beneficiadas.

Para Costa e Lobo (2014), outra justificativa para essa junção dos Programas Sociais pode ser a melhora nos instrumentos de fiscalização e transparência, pois um cadastro único, concebido através do *software* elaborado pelo governo federal, dificultaria as manipulações locais do Programa. Tais manipulações poderiam possibilitar que famílias vulneráveis fossem intimidadas por autoridades locais em

troca do benefício concedido pelo Programa Bolsa Família, ou de alguma forma permitir que famílias fora da extrema pobreza pudessem ser irregularmente beneficiadas.

Pesquisas sobre o Programa Bolsa Família demonstram que a partir do ano de 2003 – ano da criação do Programa – e o ano de 2004 – ano de sua implantação - houve o alívio imediato da pobreza/desigualdade de renda e a frequência escolar melhorou significativamente. Pode-se compreender que:

O Programa Bolsa Família foi criado no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pela Medida Provisória nº 132 de 20 de outubro de 2003. Esse Programa tem o objetivo de minorar, de imediato, a pobreza e, por consequência, a desigualdade de rendimento, na medida em que transfere renda para um grupo de famílias elegíveis, impondo-lhes algumas condicionalidades que abrangem os direitos básicos, como a educação e a saúde. (Cavalcanti, Costa e Silva, 2013, p.31)

O Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) afirma que o Programa Bolsa Família é um forte contribuinte para combater a pobreza e a desigualdade social no Brasil.

O Programa Bolsa Família foi criado pela Lei nº 10.836/2004, onde estabelece as regras, os valores do benefício, as condicionalidades e os seus destinatários. O critério adotado em 2009 era a renda *per capita* mensal igual ou inferior a R\$ 70,00, na atualidade esse valor de renda per capita é de R\$ 85,00, sendo que o benefício varia de acordo com o número de crianças e adolescentes com até 17 anos de idade e a presença de gestantes ou nutrizes.

As famílias que recebem o benefício precisam cumprir certas condicionalidades nas áreas da educação e saúde, de forma que por meio destas, o Programa Bolsa Família executa um papel importante em reforçar o acesso à essas Políticas Públicas:

Os responsáveis devem matricular as crianças e os adolescentes de 6 a 17 anos na escola; a frequência escolar deve ser de, pelo menos, 85% das aulas para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e de 75% para jovens de 16 e 17 anos, todo mês.

Na área de saúde:

Os responsáveis devem levar as crianças menores de 7 anos para tomar as vacinas recomendadas pelas equipes de saúde e para pesar, medir e fazer o acompanhamento do crescimento e do

desenvolvimento; as gestantes devem fazer o pré-natal e ir às consultas na Unidade de Saúde. (BRASIL, 2015, s/d)

Entretanto, não são apenas os beneficiários que têm responsabilidade com as regras do Programa Bolsa Família, o Estado também tem sua contrapartida, devendo focar o atendimento à estas famílias e ofertar-lhes serviços de qualidade.

Segundo Brasil (2015), os três níveis de governo (federal, estadual e municipal) precisam trabalhar articulados para efetivar todos os compromissos do Programa Bolsa Família. Este trabalho que precisa ser realizado pelo governo, carece de registros, em sistemas específicos, de informações sobre a frequência escolar e sobre a agenda da saúde dos beneficiários, para que este monitoramento ocorra de maneira individual. Tais esforços buscam:

- Garantir que o poder público ofereça, efetivamente, os serviços de educação e de saúde à população em situação de pobreza e extrema pobreza;
- Identificar quadros de vulnerabilidades entre as famílias que estão com dificuldades para acessar esses serviços públicos;
- Encaminhar famílias para a rede de assistência social, a fim de que elas possam superar a vulnerabilidade e voltar a cumprir seus compromissos;
- Contribuir para o desenvolvimento saudável das crianças e para que os estudantes de famílias do Bolsa Família concluam a educação básica, tendo melhores condições de vencer o ciclo de pobreza.

O cumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família é necessário e quando as mesmas não ocorrem são aplicados efeitos gradativos, que iniciam com uma advertência, que não afeta o recebimento do benefício. Quando o descumprimento se repete em um período de até seis meses, ocorre o bloqueio do benefício, ficando as famílias impedidas de receber o benefício por um mês, porém esse valor pode ser posteriormente sacado. Caso ocorra novo descumprimento em até seis meses, o bloqueio do benefício pode ocorrer por dois meses. O efeito de maior impacto é o cancelamento do benefício, no entanto, o cancelamento ocorre como uma exceção, pois se entende que neste momento a família pode estar se colocando em maior estado de vulnerabilidade. Para que essa exceção seja aplicada, ou seja, haja o desligamento da família do Programa Bolsa Família é necessário que a mesma seja acompanhada pela área de assistência social no município. (BRASIL, 2015)

Os municípios e o Distrito Federal têm como responsabilidade o cadastramento das famílias, assim, as famílias interessadas devem fazer o Cadastro Único, o qual geralmente é feito nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS. Esse cadastro coleta dados da família, em diversos aspectos relacionados ao perfil familiar. Os dados são inseridos num sistema informatizado e então é feita a seleção das famílias, a partir dos dados fornecidos pelo entrevistado e de acordo com as regras do Programa. As famílias selecionadas recebem o Cartão Bolsa Família, emitido pela Caixa Econômica Federal (CAIXA) – agente que executa os pagamentos - e então cadastra-se uma senha. A partir de então a família cadastrada e aprovada para receber o benefício passa a recebê-lo mensalmente, desde que, como já dito acima, cumpra com as condicionalidades.

De acordo com as orientações do Crepop (2007), os profissionais da equipe técnica do CRAS, sendo estes, psicólogos e assistentes sociais, precisam estar atentos às potencialidades e vulnerabilidades que se encontram nas comunidades, bairros e outros espaços onde as famílias se encontram, sendo um trabalho que não pode ser realizado à distância.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) propõe a intervenção destes profissionais partindo de duas grandes estruturas que necessitam estar articuladas entre si: a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial, esta considera a necessidade de ações de média e alta complexidade. De acordo com a Política Nacional de Assistência Social, PNAS (2004), a Proteção Social Básica objetiva:

Prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e ou fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras) (PNAS, 2004, p.27).

Como Proteção Social Básica entende-se as ações de vigilância social, prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Os casos de maior complexidade são encaminhados aos Serviços e Programas, correspondentes à Proteção Social Especial, que é designada como:

[...] uma modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras (PNAS, 2004, p.28).

Nesta perspectiva, quando se adentra nos territórios de pertencimento das camadas com menor acesso a bens e serviços, tem-se a preocupação de acompanhar as situações que demandam atenção, cuidado, aproximação. Assim, no Centro de Referência de Assistência Social, pode-se afirmar que o propósito principal ou fundamental é o desenvolvimento comunitário, em busca de melhorias, sendo o foco principal de atuação do CRAS a prevenção de situações de riscos pessoais e/ou sociais e a promoção da vida. Com este intuito, entende-se que o CRAS atende a todas as famílias, não apenas os beneficiários do Programa Bolsa Família, pois o trabalho de campo destes profissionais precisa voltar-se à valorização dos aspectos saudáveis que são presentes nos sujeitos, nas famílias e na comunidade, sem desconsiderar as vulnerabilidades (CREPOP, 2007).

3 METODOLOGIA

Acredita-se que o conhecimento científico se inicia na incessante busca pelo conhecimento, desta forma a pesquisa e os métodos representam formas de contribuir com respostas à investigação proposta. Nesse contexto, diversos instrumentos são utilizados para que se obtenham respostas aos questionamentos e para que estes satisfaçam à investigação do que se propôs elucidar, afirma-se assim, que:

A pesquisa é considerada como uma estratégia lógica de um estudo. Trata-se de um plano desenvolvido para responder uma ou mais questões acerca de um fenômeno (natural ou social), no sentido de descrever e/ou explicar uma situação ou comprovar determinada hipótese (TURBAY, 2007, p.219).

O presente estudo pode ser caracterizado de acordo com a natureza dos dados como sendo uma pesquisa quanti-qualitativa, sendo que sobre isto considera-se, de acordo com Righeset *al.* (2007, p.2): “pesquisa quantitativa: considera tudo que pode ser traduzido em números, opiniões e informações para classificá-las e analisá-las, enquanto que, pesquisa qualitativa: não requer o uso de métodos e

técnicas estatísticas. O ambiente natural e as teorias são fontes diretas para a coleta de dados e o pesquisador é instrumento-chave”.

Acrescenta-se que, uma pesquisa possa ser quantitativa e qualitativa ao mesmo tempo, pois ambas as abordagens podem ser usadas conjuntamente em estudos mistos, buscando fornecer mais informações do que seria possível com apenas uma destas.

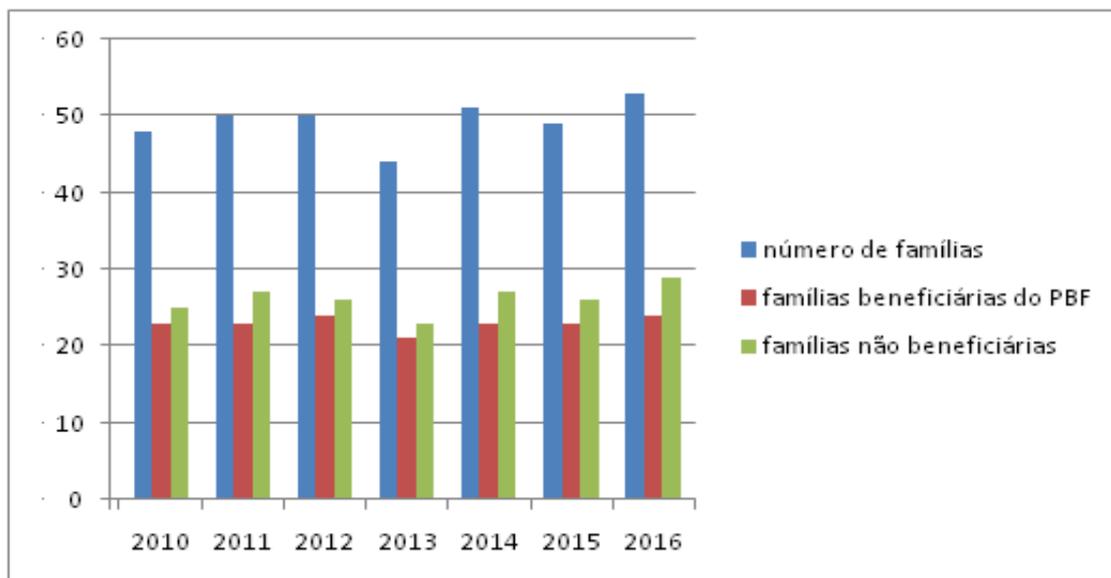
Segundo as fontes de informação, esta pesquisa se pontua como uma pesquisa bibliográfica e documental. Sobre pesquisa bibliográfica, pode-considerar, segundo Karwoski *et al.* (2003, p.19) que: “pesquisa bibliográfica: quando elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado na *internet*.” A pesquisa documental “[...] é aquela que busca como fonte documentos históricos e atuais” (KARWOSKI *et al.*, 2003, p.19).

Seguindo esta metodologia foram utilizados estudos bibliográficos sobre a temática e os dados encontrados na fonte de dados do Centro de Referência de Assistência Social. Os dados foram tabulados e organizados para embasar a apresentação dos resultados.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Os dados coletados são referentes aos seis anos de atuação do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) no bairro Beira Linha, ou seja, no período compreendido entre 2010 e 2016. Como anteriormente exposto, este bairro teve sempre uma grande mudança no que se refere à população. O gráfico 1 demonstra como foi a variabilidade do número de famílias residentes no bairro, sendo que ainda destaca-se o número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e de famílias não beneficiárias.

GRÁFICO 1 – VARIABILIDADE POPULACIONAL DO BAIRRO BEIRA LINHA



FONTE: a autora (2016).

A população do bairro aqui pesquisado sofreu oscilação de sua população ao longo do período. As causas da flutuação da população se deveram a inúmeros fatores como, mudança para outros bairros da cidade, mudança para outros municípios ou ainda, falecimentos, prisão, entre outros, bem como a chegada de novos moradores.

No bairro Beira Linha constatou-se que uma grande parcela das famílias tem a mulher como principal provedora, estes números são descritos na TABELA 1. Esta tabela traz a descrição do número de famílias, e do número de famílias que tem a mulher como principal provedora e que são beneficiárias do Programa Bolsa Família, e ainda do número de famílias que têm a mulher como principal provedora, mas não são beneficiárias do Programa.

TABELA 1 – FAMÍLIAS COM A MULHER COMO PRINCIPAL PROVEDORA

Ano	Nº de famílias	Nº de famílias beneficiárias	Nº de famílias não beneficiárias
2010	14	6	8
2011	14	6	8
2012	15	7	8
2013	15	7	8
2014	16	7	9
2015	16	7	9
2016	16	7	9

FONTE: a autora (2016).

Pode-se observar que gradativamente, o número de mulheres que se mantêm como principal provedora de seus lares foi crescendo no bairro Beira Linha. Estas famílias, assim como as outras tem sido acompanhadas pelo CRAS desde o ano de 2010 até a atualidade.

Considera-se que uma das mais importantes ações do Programa Bolsa Família foi a de colocar o benefício com a titularidade da mulher, sendo esta mãe e responsável pela família. Esta ação por si só, oportunizou à muitas mulheres o acesso a uma renda fixa, que é administrada por elas. Não obstante, este benefício possibilitou que estas mulheres fossem capazes de sair da invisibilidade financeira a qual são colocadas pelo sistema patriarcal que impera na sociedade brasileira. Essa forma de estatuto que hierarquiza os conflitos de gênero, colocando o homem como papel central da família e grande mantenedor teve sua imagem alterada pelos procedimentos adotados pelo Programa Bolsa Família. Para Peixoto (2010, p. 20):

O Programa Bolsa Família não tem o conteúdo de gênero como determinador de seus objetivos. Todavia, provoca uma grande influência nas relações de gênero, uma vez que são as mulheres suas representantes legais, ou seja, as principais destinatárias para receber o benefício em nome da família.

Trazendo estas discussões para o bairro Beira Linha, percebe-se que outro ponto importante foi a possibilidade de administrar uma renda fixa, fato que nem sempre era possível na vida das mulheres. De acordo com os dados do CRAS, as mulheres que administravam o dinheiro em casa, o faziam apenas com a quantidade repassada pelo marido, sendo que ele podia fazer outros gastos, que não lhe eram declarados. Assim, o Programa Bolsa Família também permitiu a estas mulheres adquirir outros bens ou benefícios, ainda que pequenos como a compra de um cosmético ou um *vídeo-game* para os filhos.

O modelo de família hierarquicamente constituído ainda está presente na sociedade atual, no entanto, no bairro Beira Linha, 19 famílias têm a mulher como principal provedora e chefe de família.

A tabela 2 traz o número de crianças e adolescentes e suas respectivas idades entre os beneficiários do Programa Bolsa Família e os não beneficiários.

TABELA 2 – NÚMERO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO BAIRRO BEIRA LINHA EM 2016

Famílias que recebem BF	Famílias que não recebem BF
0 ANOS – 3	0 ANOS – 1
1 ANO – 2	1 ANO – 0
2 ANOS – 1	2 ANOS – 0
3 ANOS – 4	3 ANOS – 0
4 ANOS -3	4 ANOS -1
5 ANOS -2	5 ANOS -0
6 ANOS -3	6 ANOS -0
7 ANOS -3	7 ANOS -2
8 ANOS -5	8 ANOS -0
9 ANOS -0	9 ANOS -1
10 ANOS -6	10 ANOS -1
11 ANOS -3	11 ANOS -3
12 ANOS -2	12 ANOS -2
13 ANOS -4	13 ANOS -2
14 ANOS -2	14 ANOS -1
15 ANOS -3	15 ANOS -0
16 ANOS -1	16 ANOS -4
17 ANOS -3	17 ANOS -1
50	19

FONTE: a autora (2016).

O número de crianças e adolescentes é maior nas famílias que recebem o benefício advindo do Programa Bolsa Família, ambos totalizam 69 crianças e adolescentes. Segundo os dados do CRAS, atualmente, 100% das famílias do bairro Beira Linha está cumprindo as condicionalidades, isso significa que 50 crianças e adolescentes estão em dia com a vacinação, com o controle de peso e frequentando a escola. Outro dado importante é o decréscimo das crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil no bairro Beira Linha, que em 2010 eram de 32 casos, e na atualidade são nulos entre os beneficiários do Programa Bolsa Família e isso ocorre por conta das condicionalidades, que aparecem como uma contrapartida positiva por parte dos envolvidos. Sobre isso, destaca Marques (2005, p. 13):

Verifica-se que a exigência de contrapartidas comportamentais por parte dos beneficiários é um ponto central do desenho do PBF. Para os formuladores do PBF, a condicionalidade é apresentada como sinônimo de inclusão social e emancipação. A exigência favorece a ampliação do exercício do direito a serviços sociais de caráter universais como a educação e a saúde.

Outro fator importante no cumprimento destas condicionalidades é a questão da pesagem destas crianças, pois torna possível fazer um acompanhamento sobre a

segurança alimentar dos beneficiários do Programa Bolsa Família. No caso de qualquer observação de que a segurança alimentar de uma das famílias está em risco, os esforços são direcionados para suprir quaisquer necessidades, sendo estes esforços realizados pela equipe técnica do CRAS ou pelos profissionais da área da Saúde.

Outro ponto destacado pelos dados do CRAS, ao tomar por base o valor da renda de cada família e o valor do benefício, foi que o aumento da renda das famílias chega a 25%. Isso significa que várias despesas fixas, como aluguel, água e luz podem ser atendidas com o benefício. É importante lembrar que para as famílias de baixa renda o fornecimento de luz elétrica e água são a custos menores do que o ofertado para a população geral. Com esse aumento na renda, aumentou também o protagonismo destas pessoas, pois muitos sequer tinham condições de assumir uma prestação, um parcelamento de uma compra a prazo, pois não contavam com a estabilidade que uma renda fixa mensal proporciona. O que é o caso agora.

No entanto, essa estabilidade experimentada por essa população de beneficiários do Programa Bolsa Família, nem sempre é vista de modo positivo pela população de modo geral. Ao consumirem bens que não dizem respeito à subsistência, os beneficiários são muitas vezes duramente criticados. Pois a sociedade em geral não consegue compreender que os sujeitos que são beneficiários têm autonomia para gastar o benefício e que muitas vezes, os gastos que se referem a outras aquisições são importantes para até mesmo trazer garantias de acesso à inclusão digital e a outros bens que outrora lhes foram negados.

Os dados analisados também nos permitiram perceber que a qualidade habitacional das famílias do bairro Beira Linha sofreu avanços ou melhorias significativas. Essas famílias, mesmo morando em casas simples, não habitam residências precárias como antigamente, suas habitações são melhor estruturadas e o local na atualidade, conta com várias residências de alvenaria em substituição às antigas moradias.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das pesquisas foi possível concluir que o Programa Bolsa Família é um mecanismo de acesso a direitos, visto que para permanecerem beneficiárias, as famílias devem cumprir alguns compromissos, os quais são chamados de

condicionalidades. Esses compromissos reforçam o acesso à educação, saúde e à assistência social.

Não apenas por este fato, mas ainda por ser um Programa em que a transferência de renda é direta. Essa forma de atuação do Programa permitiu que muitas famílias saíssem da situação de extrema pobreza permitindo que, ao menos em parte, tenham acesso aos direitos fundamentais de cidadania.

O Programa Bolsa Família sofre muitas críticas, pois boa parte da sociedade brasileira não compreende a importância de Programas como estes que buscam minimizar a pobreza e diminuir a desigualdade social.

Entretanto, a partir de inúmeras pesquisas e acompanhamento do Programa Bolsa Família por várias entidades no Brasil e no exterior, como a própria Organização das Nações Unidas (ONU) é constatado a importância deste para o empoderamento dos beneficiários, que na atualidade vem se apresentando com maior participação social e crescimento econômico e financeiro. Para legitimar esta hipótese, este estudo analisou os dados referentes ao bairro Beira Linha, no município de Rio Azul, Estado do Paraná, que constavam no banco de dados do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) sobre as famílias acompanhadas pela sua equipe técnica pelo recorte temporal de 2010 a 2016.

O bairro Beira Linha, antes um local praticamente segregado do município, que fora iniciado para colocar as pessoas com menor condição econômica tem na verdade se mantido durante muitos anos. Percebe-se através dos dados analisados, que na atualidade as moradias contam com melhores estruturas, não existem situações de conflitos evidentes nas relações familiares e as famílias têm mais autonomia financeira.

Fica evidente, portanto, que o Programa Bolsa Família é responsável diretamente por muitas dessas transformações, de um lado pela melhoria financeira e assim na qualidade de vida e por outro na contrapartida dos beneficiados para o cumprimento das condicionalidades que tem mantido as crianças e adolescentes na escola, longe do trabalho infantil e da rua. Também observou-se que a segurança alimentar e nutricional é garantida por meio do Programa Bolsa Família.

Ao iniciar este estudo buscava-se compreender a dinâmica e os resultados do Programa Bolsa Família no bairro Beira Linha a função de minimizar a pobreza e a desigualdade social, para pensar nesse espaço como uma amostra do município. Foi constatado que além de atender a esta perspectiva, o Programa Bolsa Família

ainda amplia os horizontes desses beneficiários, pois concede-lhes o exercício de uma cidadania efetivamente, pois a transferência da renda manifesta-se em como um exercício de protagonismo social.

Espera-se que este estudo tenha trazido esclarecimentos sobre o Programa Bolsa Família e contribuído para estudos posteriores.

REFERÊNCIAS

BRASIL, MDS. **Acesso à educação e saúde**. Programa Bolsa Família. 2015. Disponível em <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/acesso-a-educacao-e-saude/acesso-a-educacao-e-saude> Acesso em 10 out 2016.

BRASIL.CF. Lei 10836/2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. 2004.

CAVALCANTI, Daniella Medeiros; COSTA, Edward Martins; SILVA, Jorge Luiz Mariano da. **Programa bolsa família e o nordeste: impactos na renda e na educação, nos anos de 2004 e 2006**. Rev. econ. contemp., Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 99-128, abr. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-98482013000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 12 abr. 2016.

Costa, Marli M. Moraes da e Lobo, Tatiani de Azevedo. **O Programa Bolsa Família: origem deste modelo, formas de implementação e desafios contemporâneos**. Santa Catarina: UNISC, 2014.

CREPOP. Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas **Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS / Conselho Federal de Psicologia (CFP)**. – Brasília: CFP, 2007.

DRAIBE, Sônia M. **As Políticas sociais e o neoliberalismo**. Campinas: Fundação Nativo Natalidade, Editora Linhas Gerais, 1998.

KARVWOSKI, A. M. *et al.* **Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos e científicos**. União da Vitória: UNIGUAÇU, 2003.

MARQUES, R. M. **A importância do Bolsa Família nos municípios brasileiros**. Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate, nº 1, Brasília: MDS-SAGI, 2005.

PEIXOTO, Socorro Letícia Fernandes. **Os significados do Programa bolsa família na vida das mulheres: um estudo na comunidade Morro da Vitória**. FORTALEZA, UFF: 2010.

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PNAS), aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução nº 145, de 15 de

outubro de 2004, e publicada no Diário Oficial da União – DOU do dia 28 de outubro de 2004.

RIGHES, A. C. M. (org) **Manual de normas técnicas.** Estilo e estruturas para trabalhos acadêmicos. União da Vitória: UNIGUAÇU, 2007.

TURBAY, Adolfo S. **Metodologia da Pesquisa Científica.** Curitiba: ITDE, 2007.